

Jáder critica tratamento diferenciado para os bancos

Líder do PMDB observa que Congresso Nacional e a sociedade não têm culpa se o Banco Central não cumpre com a sua obrigação, que é a de fiscalizar as instituições financeiras

Júlio Campos pede atenção para Forças Armadas

Apesar de pleitear maior atenção do Estado brasileiro para com as Forças Armadas, o senador Júlio Campos (PFL-MT) disse que a defesa nacional não é uma questão militar, mas uma questão política, devendo, portanto, merecer atenção não apenas do presidente da República e dos ministérios militares, mas do Congresso Nacional e de toda a sociedade civil.

Júlio Campos afirmou que a escassez de recursos tem provocado descontentamento das tropas, sucateamento do material bélico e a necessidade urgente de um socorro financeiro para as Forças Armadas.

O parlamentar admitiu que



Júlio Campos

o conceito de segurança nacional passou por ampla revisão nas últimas décadas, mas ressaltou que não pode ser esquecido o papel que as Forças Armadas exercem como guardiãs das fronteiras brasileiras.

Júlio Campos reconheceu que os cenários nacional e internacional hoje são otimistas, mas afirmou que a situação atual das Forças Armadas exige, como acontece nos países desenvolvidos, que elas tenham efetivas condições de garantir a segurança nacional, incluindo-se aí a proteção ambiental e o combate ao tráfico.

Jucá: Conclusão de obras inacabadas é prioridade

O senador Romero Jucá (PFL-RR) anunciou ontem que, como sub-relator da Comissão Mista de Orçamento, dará prioridade à conclusão de obras inacabadas nas áreas de saúde e saneamento.



Romero Jucá

Indicado por seu partido à relatoria da Subcomissão de Trabalho, Previdência, Assistência Social e Saúde, Jucá pe-

diu aos senadores que apontem as obras e os problemas emergenciais de seus respectivos estados.

Segundo o senador, além de prever recursos orçamentários para a conclusão de obras inacabadas, ele e a equipe técnica que o assessora buscarão também coibir o superfaturamento de obras em andamento.

"O Congresso Nacional e a sociedade não têm culpa se o Banco Central não cumpre com a sua obrigação, que é a de fiscalizar as instituições financeiras", afirmou o líder do PMDB, senador Jáder Barbalho (PA), ao criticar ontem a Medida Provisória que, em nome do equilíbrio do sistema financeiro, estabelece tratamento diferenciado para os bancos em relação ao imposto de renda.

"Os bancos já ganharam muito na época da ciranda financeira", disse, lembrando que, pela MP, os bancos submetidos ao programa de fusão terão direito a abatimento de 30% na declaração anual de imposto de renda.

Para o senador, a postura do Banco Central é ainda mais condenável por se dar à custa do dinheiro do contribuinte. Reclamou do tratamento diferenciado dispensado pelo Banco Central aos bancos, e lamentou que estes sejam sempre os grandes privilegiados pelas políticas adotadas pelo governo, enquanto outros setores da sociedade são sacrificados em nome do sucesso do Plano Real.

Jáder Barbalho foi aparteado



Jáder condenou privilégio aos bancos

pelos senadores Jefferson Peres (PSDB-AM), Vilson Kleinübing (PFL-SC), Humberto Lucena (PMDB-PB) e José Roberto Arruda (PSDB-DF). Arruda, Peres e Kleinübing informaram que vários parlamentares estarão hoje com técnicos do Banco Central, e convidaram o líder do PMDB a participar do encontro para tratar da questão relacionada à medida provisória. Embora agradecesse pelo convite, Jáder afirmou que o correto seria o próprio ministro da Fazenda comparecer ao Congresso Nacional para dar suas explicações. O senador Humberto Lucena, por sua vez, colocou em dúvida a constitucionalidade da medida provisória sobre a fusão de bancos.

Jáder registrou que pode chegar a R\$ 13 bilhões o montante de recursos que o governo está buscando junto ao contribuinte para socorrer os bancos.

NESTA EDIÇÃO

Tebet quer FGTS liberado nas falências

Página 2

Josaphat cobra ação contra as desigualdades

Página 4

Tebet quer FGTS liberado em caso de falência

Hoje, para sacar o fundo, trabalhador tem de aguardar um longo processo judicial de liquidação da empresa. Projeto do senador tenta reduzir esse tempo de espera

Flaviano insiste em intervenção federal no Acre



O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) pediu que o governo federal adote medidas de força contra o governador

Orleir Cameli, do Acre, contra o qual pesam várias acusações, como a autorização de despesas sem emissão de notas de empenho.

O senador leu em plenário a matéria em que o jornal *O Estado de S. Paulo* noticia declarações do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, admitindo que são procedentes as denúncias.

Flaviano foi apartado pelos senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Romero Jucá (PFL-RR).

Arruda registra morte de prefeito

Falando pela liderança do PSDB, o senador José Roberto Arruda (DF) registrou o falecimento do prefeito Sérgio Vilela Pinto, de Santo Antonio do Turvo (SP), vítima de acidente automobilístico.



Sarney, em visita às instalações do Centro Gráfico do Senado

Projeto de desaparecidos só levou 35 dias para ser aprovado

O projeto de lei que reconhece a morte dos desaparecidos políticos encerrou ontem sua passagem pelo Legislativo com a assinatura dos autógrafos pelo senador José Sarney. Depois de tramitar pelo Senado, onde passou por duas comissões e pelo plenário em apenas 35 dias, o projeto será enviado à sanção presidencial.

Sarney disse estar satisfeito com o ritmo de trabalho mantido pelo Senado durante este ano e registrou que em nenhum dia útil deixou de haver sessão na Casa, mesmo nas semanas em que houve feriado.

NIGÉRIA

O presidente do Senado pediu a imediata retirada do em-

baixador brasileiro em Lagos, em sinal de protesto contra a execução de nove líderes opositores nigerianos - enforcados na semana passada -, entre os quais se encontrava Ken Saro-Wiwa, presidente da Associação dos Poetas Nigerianos, indicado para o Prêmio Nobel de 1994.

O senador Júlio Campos (PFL-MT), que presidia a sessão, associou-se em nome da Mesa à manifestação de Sarney.

GRÁFICA

Dando início a um programa de visitas que fará aos diversos setores da Casa, José Sarney esteve ontem na Gráfica e no Serviço Médico do Senado.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu projeto de sua autoria destinado a permitir ao empregado a movimentação de sua conta vinculada do FGTS quando da declaração judicial da falência da empresa em que trabalha. O senador elogiou a legislação trabalhista, dizendo que não conhece construção mais social que o FGTS, mas lastimou que ela não permita ao trabalhador levantar seu fundo de garantia em caso de falência do empregador.

Segundo o parlamentar, a lei restringe as hipóteses de levantamento do FGTS aos casos de despedida sem justa causa, aposentadoria, falecimento do empregado, pagamento de prestações da casa própria, liquidação de saldo devedor de financiamento imobiliário, extinção de contrato, suspensão total do trabalho avulso, inatividade da conta vinculada e extinção da empresa.

Tebet explicou que, se existe a hipótese de o trabalhador sacar o FGTS com a extinção total da empresa, essa autorização contém uma lacuna, visto que, nos casos de falência da empresa, o trabalhador se vê obrigado a aguardar o longo processo de sua liquidação, a fim de poder levantar o Fundo de Garantia. "Não nos parece justo que, no momento em que mais precisa, o trabalhador deva esperar pela extinção da empresa para ter acesso ao dinheiro depositado numa conta da qual ele é o titular".

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

12h - Recebe jornalistas alemães.

12h30 - Recebe o deputado Juscelino Rezende e prefeitos do Maranhão.

14h30 - Preside Sessão não deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

9h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimento do ex-governador de Mato Grosso do Sul Pedro

Pedrossian e do Delegado da Polícia Federal em Minas Gerais, Geraldo Antônio Dias Guimarães.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Quarta-feira (15.11.95)

Feriado

Quinta-feira (16.11.95)

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado.

Sexta-feira (17.11.95)

9h - Sessão não deliberativa do Senado.

Para José Fogaça, ético é discutir a reeleição agora

Senador defende debate antes das eleições municipais e discorda da tese de que mudança pode propiciar clientelismo e coronelismo

"É ético e sensato discutir agora a proposta de reeleição de presidente, governadores e prefeitos. Fazer essa discussão depois das eleições municipais do ano que vem é que não será ético", afirmou o senador José Fogaça (PMDB-RS). Ele defendeu a reeleição de presidente da República e ponderou que cabe a cada assembléia legislativa definir se a constituição estadual deve ou não prever a reeleição de governador e prefeito.

José Fogaça considera que não haverá clima para se discutir reeleição depois das eleições municipais do ano que vem e discorda da afirmação de que reeleição pode propiciar clientelismo, casuísmo e uso da máquina pública em favor de quem está no poder. "No Brasil não há reeleição e nem por isso estamos livres do clientelismo, do coronelismo, do con-

tinuismo."

O senador fez um levantamento do que existe em outros países sobre a questão. Na América Latina as constituições, com exceção do México, sempre autorizam a reeleição, quando o mandato é de quatro anos. Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, concordou com as idéias de Fogaça.



José Fogaça



Francelino Pereira

Francelino faz alerta sobre normas eleitorais

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) alertou que o Congresso e os partidos políticos têm a obrigação de dar ampla divulgação às normas para as eleições municipais de 1996. Na sua opinião, só o pleno conhecimento das regras sobre a legislação partidária e eleitoral em vigor permitirá uma campanha eleitoral efetivamente democrática.

Francelino considerou muito próxima a data-limite para filiações - até 3 de dezembro de 1995 -, com vistas à candidatura. Preocupado com a possível falta de informações, anunciou que o PFL de Minas Gerais já enviou manual aos dirigentes municipais do partido.

Sarney não cria dificuldade

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou ontem que não criará dificuldades à tramitação da proposta de reeleição do presidente da República, e que tem posição de princípio sobre o assunto, considerando necessária a ampliação do mandato ou a permissão de reeleição.

A um repórter que perguntou se seria um entrave à proposta de reeleição, por postular a sucessão de Fernando

Henrique Cardoso, o senador afirmou que não tem "compulsão" em ser candidato:

- Eu só sou candidato a ser um bom presidente do Congresso Nacional e a ajudar o Brasil. Não tenho nenhuma compulsão de ser candidato. Não criarei dificuldade e acho que, se o mandato presidencial não for aumentado, inevitavelmente nós teremos que ir para a reeleição - disse.

Jefferson conclama Senado a aprovar lei contra nepotismo

O Senado dará prova de austeridade se aprovar projeto de lei que proíbe a nomeação de parentes por autoridades públicas, defendeu o senador Jefferson Peres (PSDB-AM). Ele destacou que o projeto de iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça coibirá abusos como os praticados pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, noticiados no final de semana. Ele considerou o caso escanda-

loso e opinou que o magistrado demonstrou "ingenuidade alvar" ao declarar a jornalistas que "não foram 60 os parentes contratados, mas apenas 25 e que todos trabalhavam".

Conforme o senador, o projeto original que tramita no Senado proíbia a nomeação de parentes até segundo grau, mas a CCIJ acolheu emenda de sua autoria estendendo o impedimento até terceiro grau.



Júnia Marise

Júnia Marise denuncia aliciamento

A líder do PDT, senadora Júnia Marise (MG), afirmou ontem que o governo está promovendo uma verdadeira barganha política para garantir a aprovação das reformas administrativa e previdenciária e da prorrogação do Fundo de Estabilização Financeira. Após citar matéria do jornal *Correio Braziliense* intitulada "PSDB promete verbas para obter adesões", a senadora referiu-se à emenda constitucional proposta pelo governo sobre a reforma administrativa que, a seu ver, fere frontalmente os direitos e garantias do funcionalismo público.

Segundo Júnia Marise, ao invés de tentar violar direitos individuais garantidos pela Constituição, o governo deveria estar trabalhando para colocar na escola os 13 milhões de crianças condenadas ao analfabetismo ou ainda para diminuir o déficit de 17 milhões de moradias. O governo, observou, não tem adotado nenhuma iniciativa concreta para tirar da miséria absoluta 35 milhões de brasileiros, e muito menos em favor dos mais de 200 mil pais de família "colocados no olho da rua" só este ano nas regiões industrializadas.

Júnia considera lamentável que, "enquanto pretende tirar o emprego dos servidores com uma mão, com a outra assina nomeações para afilhados políticos e MP para beneficiar banqueiros".

Josaphat: Só com planejamento se reduzem desigualdades

Para senador, as soluções isoladas e restritas a determinados problemas ou regiões dificilmente irão reduzir as diferenças entre o Brasil rico e o Brasil pobre

Requião acusa Lerner por incidentes com os sem-terra



Os incidentes com os sem-terra de Santa Isabel do Ivaí, no Paraná, que resultaram em 24 agricultores feridos, foram explicados ontem pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) como consequência de "preocupação estética" do governador Jayme Lerner. A senadora Júnia Marise (PDT-MG) e o senador Júlio Campos (PFL-MT) também manifestaram seu repúdio.

Segundo Requião, os sem-terra foram assentados pelo Incra à beira de uma estrada daquela cidade e, na iminência de serem despejados, alojaram-se numa fazenda desapropriada. Lá, ainda conforme o parlamentar, comunicaram à polícia e a um oficial de Justiça que não sairiam. "A perspectiva de um assentamento provisório os teria tirado da fazenda", opinou Requião.

- Vinte e quatro agricultores foram baleados nas pernas para que não enfeiassem a beira da estrada, como queria o governador - acusou.

Júlio Campos lembrou que incidentes semelhantes ocorreram no Mato Grosso, estado também governado pelo PDT.

Júnia Marise garantiu que o presidente do PDT, Leonel Brizola, repudiou o incidente.

Soluções isoladas e restritas a determinados problemas ou regiões dificilmente irão reduzir as diferenças entre o Brasil rico e o Brasil pobre, afirmou em plenário o senador Josaphat Marinho (PFL-BA). "Só com o planejamento será possível reduzir as desigualdades regionais. O governo não deve ter medo de planejar, ape-

sar de a economia planificada ter nascido na União Soviética e de o velho liberalismo considerar os planos como algo caduco", ponderou.

Josaphat Marinho leu trechos de artigo do senador Beni Veras (PSDB-CE), publicado ontem no jornal *O Estado de S. Paulo*. Josaphat aponta as invasões de fazendas pelos

sem-terra como fruto da falta de planejamento. "O governo anunciou em seu programa uma reforma agrária, mas não planejou como ela seria feita".

No artigo, transcrito nos anais do Senado, Beni Veras assinala que o maior desafio dos brasileiros neste final de século será a redução das desigualdades regionais.

Palmeira: Alagoas luta para mudar economia

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) classificou de inovadora a iniciativa do governador Divaldo Suruagy de ter posto em execução agressivo programa com o objetivo de atrair investimentos industriais para o estado de Alagoas, "de modo a retirar o estado da histórica e incômoda posição



Palmeira

de dependência da agroindústria sucroalcooleira."

Como exemplo da ousadia do programa, Palmeira informou que no último dia 10 a Secretaria da Indústria de Alagoas promoveu voo charter para trazer da região Sudeste uma centena de empresários com a finalidade de

lhes mostrar as vantagens oferecidas pelo pólo Multifábril de Marechal Deodoro, dotado de moderna infra-estrutura e localizado a 18 km de Maceió.

Palmeira lembrou que o atual pólo multifábril teve origem no pólo Cloro-Álcool Químico de Marechal Deodoro, criado em 1980, durante seu mandato de governador do Estado.

Valmir defende criação do fiscal federal agropecuário

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) reivindicou do governo federal que acelere a criação no Ministério da Agricultura do cargo de fiscal federal agropecuário, bem como a extensão da gratificação desses fiscais aos níveis estabelecidos para os fiscais da Receita Federal, do Trabalho e da Previdência, entre outros. Ele afirmou que o setor agropecuário e os negócios dele decorrentes são os responsáveis por quase metade do PIB e um dos princi-

pais sustentáculos do Real.

Valmir ressaltou que o trabalho executado por esses técnicos viabiliza receitas de exportação que correspondem a percentuais entre 30% e 33% da arrecadação do país no comércio exterior.

Em apartes, os senadores Ernandes Amorim (RO), Ramez Tebet (PMDB-MS), Júlio Campos (PFL-MT) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) também cobraram providências para o setor.

Amorim vai entrar na Justiça contra o governo de Rondônia

O senador Ernandes Amorim (RO) anunciou ontem que entrará com representação junto ao Ministério Público contra informe publicitário do governo de Rondônia publicado na revista *Veja* desta semana. O senador diz que foram pagos R\$ 80 mil para propagandar que o governador é "de origem simples, honrado e trabalhador".

Amorim advertiu que o governador de Rondônia é objeto de várias acusações, como a de haver gasto R\$ 3 milhões na compra de frangos a preços superfaturados.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do

Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e

Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.